

**GOVERNADORES SUBORDINADOS, INTERINOS, MILITARES: AS REDES
GOVERNATIVAS NA SEGUNDA FASE DA ADMINISTRAÇÃO DO CONDE DE BOBADELA
NA AMÉRICA PORTUGUESA (1748-1763)**

MÔNICA DA SILVA RIBEIRO*
monicaribeiro81@gmail.com

Para falarmos de redes governativas nos últimos quinze anos de gestão de Gomes Freire de Andrada, o Conde de Bobadela, no centro-sul, poderíamos citar vários cargos e funções para apresentarmos alguns dos representantes régios. Contudo, dessa ampla gama de possibilidades, decidimos escolher os governadores interinos, subordinados e alguns importantes militares, por simbolizarem muito particularmente a constituição político-administrativa daquela região, no momento em que Gomes Freire exercia jurisdição sobre todas as capitanias meridionais e centrais, além do Rio de Janeiro, necessitando, por isso, de um grupo de agentes trabalhando diretamente com ele para que fosse possível gerir a área de forma racionalizada e organizada, com base nos parâmetros e idéias políticas que vinham sendo desenvolvidos no Império português dos Setecentos.

Vejamos então quem eram os homens que compunham as principais redes governativas durante o que chamamos aqui de segunda fase da administração de Gomes Freire de Andrada. Começemos por Mathias Coelho de Sousa que, em 1749 e em 1752, foi governador interino do Rio de Janeiro.

Coelho de Sousa participou do governo de Gomes Freire desde seu início. Tinha assumido em ocasiões anteriores, como no ano de 1737, o governo interino da capitania fluminense, quando Gomes Freire precisou ir para São Paulo e Minas Gerais. Esteve ainda à frente da capitania no início da década de 1740.

Mathias Coelho de Sousa era também mestre de campo, já desde 1734, um ano depois da chegada de Gomes Freire à América portuguesa. Inclusive, é interessante destacar que se faz referência ao nome de Coelho de Sousa como mestre de campo até 1750. Daí podemos perceber a relação próxima que o último tinha com Gomes Freire,

* Professora Adjunta de História Moderna da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

durante muitos anos do seu governo. Era um homem de confiança de Bobadela, a quem ele recorria sempre, para os mais diversos assuntos e tarefas.

Mathias Coelho de Souza atuava, principalmente, nas questões relativas à defesa da capitania, pois eram essas as principais atribuições do governador interino. Assim, em 1752, por exemplo, encontrava-se responsável por providenciar o reforço das patrulhas que guarneciam os caminhos de escoamento do ouro de Minas Gerais, e pela construção de novas cadeias no Rio de Janeiro, visto que as existentes ofereciam pouca segurança.

No ano de 1753, o então brigadeiro Mathias Coelho de Sousa recebeu carta régia ordenando que entregasse o governo da capitania fluminense a José Antonio Freire de Andrada, dando-lhe licença para se recolher ao Reino. No dia seguinte a essa carta, outra foi escrita, dessa vez para José Antonio, aprovando a sua nomeação para governador das Minas Gerais e encarregando-o também do governo do Rio de Janeiro.

O irmão de Gomes Freire teve papel destacado na administração das duas capitanias, que figuravam entre as principais da região centro-sul naquele período. Muitos eram as questões a serem resolvidas, e era preciso alguém de extrema confiança para aglutinar aqueles governos, como era o caso de José Antonio Freire de Andrada, a quem inclusive, Sebastião José de Carvalho e Melo escrevia, em 1754, solicitando a entrega de correspondência secreta ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada.

Assuntos como a atuação dos franceses na Ilha Grande figuravam entre os mais importantes no período, e precisavam ser administrados por José Antonio, bem como a questão dos jesuítas. Em fevereiro de 1759, o governador interino da capitania do Rio de Janeiro e Minas Gerais informava que havia cumprido a ordem dada pelo governador da Colônia do Sacramento em que solicitava que nenhum padre jesuíta passasse para as capitanias do sul. Nesse mesmo ano, voltava a tratar dos religiosos, avisando da necessidade de se regularem as aldeias que pertenciam aos padres, além de dizer ainda que havia destruído um quilombo existente em Minas Gerais.

Patrício Manuel de Figueiredo também atuou como governador interino da capitania do Rio de Janeiro em 1758 e, por isso mesmo, era próximo de Gomes Freire. Patrício Figueiredo foi ainda governador interino em Santa Catarina, entre 1743 e 1744. Ele era militar de grande experiência, tendo colaborado para a organização da defesa

das cidades litorâneas. Em todas essas funções, trabalhou em parceria com Gomes Freire, durante grande parte de seu governo na América portuguesa, criando-se, assim, entre eles, uma relação importante, e funcionando como um exemplo prático para começarmos a compreender as redes governativas da região centro-sul.

Patrício Figueiredo serviu ainda na capitania de Pernambuco, como granadeiro capitão de infantaria da guarnição da Praça de Olinda, de onde passou com o mesmo posto para o Rio de Janeiro. Em 1746, foi nomeado no posto de sargento-mor da guarnição da Praça do Rio de Janeiro, justamente no que era mestre de campo Mathias Coelho de Souza.

Patrício Manuel Figueiredo atuou nas mais diversas funções militares, até ser nomeado tenente-coronel de um dos regimentos da guarnição do Rio de Janeiro, o do então coronel Mathias Coelho de Souza. Posteriormente, no ano de 1758, foi graduado coronel reformado. Daí vemos mais uma importante relação entre agentes metropolitanos, tendo os dois sido governadores interinos da capitania fluminense, e trabalhado juntos na defesa da cidade. Podemos, nesse caso, pensar os vínculos, as redes, de forma horizontal, visto que estamos analisando a ligação entre dois indivíduos que ocupavam o mesmo degrau hierárquico. Patrício Manuel Figueiredo havia exercido as funções de

Praça de soldado, cabo de esquadra, sargento supra, alferes, tenente de granadeiros, capitão de Infantaria de hum dos Regimentos da Praça do Rio de Janeiro, havendose no decurso do referido tempo, com grande zello, honra, e valor, em todas as diligências que se lhe offerecerão. (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Carta patente a Patrício Manuel Figueiredo, de 14 de março de 1752. Registro Geral de Mercês, D. José I, livro 4, p. 130).

Como governadores subordinados a Gomes Freire, que administravam as diversas capitanias do centro-sul entre os anos de 1748 e 1763, a lista é bastante extensa. Contudo, não pretendemos fazer aqui um levantamento de nomes, mas mostrar a constituição de redes governativas importantes para o período, que incluíam o nome de Gomes Freire, e/ou que estabeleciam relações entre indivíduos da mesma escala, relações horizontais, como entre governadores interinos e subordinados, e militares, por exemplo, e que possibilitavam, assim, a prática de governo de tão vasto e distinto território.

Esses homens e a ligação deles com Gomes Freire e entre si eram fundamentais para a compreensão da dinâmica governativa dessa região, uma vez que assim se

viabilizava uma maior organização político-administrativa, e uma preocupação crescente com a racionalidade de ações a serem executadas, o que seria impossível sem a estreita conexão entre as partes envolvidas no governo.

Entre os nomes que fazem parte das redes, como governadores das capitanias subordinadas, não podemos deixar de nos remeter a José da Silva Paes. O brigadeiro atuou, na primeira fase do governo de Bobadela (1733-1748), como governador interino da capitania fluminense, por diversas vezes. Teve um conflito de jurisdição com Gomes Freire na década de 1730, justamente por intervir em questões destinadas exclusivamente ao governador *proprietário* – aquele escolhido pela Coroa para administrar a capitania, o governador titular, no caso em questão, Gomes Freire de Andrada.

Silva Paes, depois do referido episódio, não voltou mais ao governo interino do Rio de Janeiro, e foi enviado para o sul, para governar, primeiramente, o Rio Grande (1737), e depois Santa Catarina, onde administrou em dois períodos: de 1739 a 1743, quando se tornou o primeiro governador dessa capitania, sendo substituído interinamente por Patrício Manuel de Figueiredo e por Pedro de Azambuja Ribeiro (que já havia sido mestre de campo do terço da guarnição da Praça do Rio de Janeiro); e de 1746 a 1749, período esse que coincide com o início da segunda etapa do governo de Bobadela.

Ainda tratando de Santa Catarina, no final do período de administração de Gomes Freire, foi nomeado para governador o coronel de um dos regimentos de infantaria da guarnição do Rio de Janeiro, Francisco Antonio Cardoso de Meneses e Sousa. O coronel administrou a referida capitania até 1765, e esteve no governo em um momento delicado no sul, em decorrência dos problemas de delimitação de fronteiras. Daí sua importância na rede governativa do final do governo de Bobadela, pois estabeleceu com o último um intenso e importante contato, visando transmitir informações sobre os principais acontecimentos e receber instruções sobre a sua forma de ação.

Vale ressaltar que Francisco Antonio ocupou diversos outros cargos antes de assumir o governo de Santa Catarina, atuando, assim, no centro-sul e no Rio de Janeiro, já desde a primeira metade da gestão de Bobadela, e durante toda a segunda fase.

Atuou no posto de ajudante do regimento de dragões do Rio Grande de São Pedro e, segundo o monarca, foi o responsável por “haver creado e doutrinado o dito regimento com préstimo e sciencia militar” (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Carta patente a Francisco Antonio Cardoso de Meneses e Sousa, de 31 de março de 1743. Registro Geral de Mercês, D. José I, livro 31, pp. 348, 349). Por isso, foi nomeado, em 1743, capitão de dragões do referido regimento. No ano de 1749, assumiu o posto de tenente de mestre de campo-general de Minas, com o aval de Gomes Freire, que dizia ser o militar digno de receber tal mercê.

No espaço de 14 anos, Francisco Antonio Cardoso de Meneses e Sousa atuou, entre 14 de outubro de 1735 e 13 de maio de 1751,

em Praça de soldado de cavallo, e Dragão, e nos postos de Ajudante, e Capitão do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro, e Tenente de Mestre de Campo General da Capitania das Minas, havendose no desempenho das obrigações dos referidos postos sempre com distincto procedimento e zelo. (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Carta patente a Francisco Antonio Cardoso de Meneses e Sousa, de 13 de março de 1752. Registro Geral de Mercês, D. José I, livro 4, p. 174).

Nesse contexto, foi nomeado, em 1752, coronel de um dos regimentos de infantaria paga do Rio de Janeiro, posto que vagou com o falecimento de André Ribeiro Coutinho, administrador que teve relação importante com Gomes Freire, por ter sido, entre 1737 e 1739, governador do Rio Grande e, posteriormente, em 1742, ter servido como mestre de campo do terço da artilharia do Rio de Janeiro.

Francisco Antonio Cardoso de Meneses e Sousa tinha grande experiência militar, o que nos faz entender o motivo pelo qual foi escolhido como comissário da demarcação do tratado de limites, também em 1752, passando a trabalhar, assim, lado a lado com Gomes Freire. Por tudo isso, Francisco Antonio começou a receber, em 1756, o pagamento de soldo dobrado, a título de ajuda de custo, em reconhecimento aos serviços prestados durante muitos anos em Minas Gerais, Goiás, Rio Claro, Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, bem como por ser integrante da expedição demarcadora de limites entre os domínios portugueses e espanhóis na América meridional. O soldo dobrado deveria ser pago até o seu regresso à Praça do Rio de Janeiro.

Como vimos, Francisco Antonio serviu ao monarca na América portuguesa em várias regiões, incluindo, além das já citadas, a Nova Colônia do Sacramento, como nos indica D. José I, em correspondência de 1761. Notamos aqui a circulação desses agentes metropolitanos entre as várias regiões da América portuguesa, e especialmente dentro

do centro-sul, que é o que nos interessa particularmente, o que nos indica que seria fundamental para esses homens conhecerem, de certa forma, as distintas realidades e necessidades dessas áreas, adquirirem experiência militar e/ou administrativa, para que depois pudessem galgar um posto mais elevado, como o de governador de capitania.

Na Colônia do Sacramento, a relação de Bobadela com o governador Antonio Pedro de Vasconcellos também figura entre as mais importantes para compreendermos as redes de poder formadas pelos governadores subordinados a Gomes Freire. Vasconcellos administrou a capitania por muitos anos, de 1722 a 1749, incluindo aí toda a primeira fase do governo de Bobadela. Assim, a relação entre eles era forte, o que pode ser comprovado pela vasta correspondência trocada. Além disso, por Antonio Pedro de Vasconcellos ter chegado à América portuguesa antes de Gomes Freire, e por ter se instalado no sul, região onde fervilhavam algumas das questões fundamentais para o Império português no século XVIII, passou a ser um homem fundamental dentro das redes que aqui estamos destacando. Pela sua grande capacidade administrativa, o governo de Antonio Pedro foi considerado, por muitos autores, como o período de apogeu do domínio português nessa região, o que foi incrementado especialmente a partir do início do governo de Bobadela, e da interação administrativa que estabeleceram.

Ao deixar a capitania, o ex-governador da Nova Colônia do Sacramento, Antonio Pedro de Vasconcellos, fez um relatório minucioso sobre as questões dos limites no Rio da Prata e a troca da Colônia com os castelhanos, acertada no Tratado de Madri, que funcionou como um importante guia para as ações de seu sucessor, Luís Garcia de Bivar, que permaneceu na administração dessa capitania até 1755.

Já no ano que assumiu, Garcia de Bivar se mostrou interado dos acontecimentos, e escreveu ao rei D. João V tratando de algumas das principais questões da Nova Colônia, como as relações com os castelhanos, o movimento de navios, o reforço de soldados e equipamentos de defesa, os diversos materiais necessários à conservação da Colônia e pagamentos de tributos e salários.

Em 1751, o governador recebia mercê de ajuda de custo no valor de três contos e duzentos mil réis, pagos pela provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro, para as despesas das jornadas feitas em atendimento das ordens do governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada.

Relatava constantemente à Coroa os acontecimentos que iam se sucedendo, como em 1753, que tratava da chegada de Gomes Freire à Colônia, e escrevia a Sebastião José de Carvalho e Melo informando, entre outras questões, que os geógrafos e astrônomos da primeira partida para a demarcação dos limites, de ambas as nacionalidades, estavam tendo dificuldades em executar seus trabalhos ao chegarem em Santa Tecla, devido ao grupo de índios que se armaram, incitados pelos padres da Companhia de Jesus, em oposição à demarcação.

Vicente da Silva Fonseca também governou a capitania, a partir de 1760, quando faleceu o general de batalha Luís Garcia de Bivar. Pela mesma carta régia que o nomeou governador da Colônia, o então coronel de infantaria de um dos regimentos do Algarves foi nomeado brigadeiro de um dos regimentos da Praça do Rio de Janeiro. Vicente da Silva Fonseca era irmão de Silvestre da Silva de Alcobaça, que fazia parte do regimento que fôra de Mathias Coelho de Souza. Daí podemos ver claramente as redes sendo tecidas, e as relações que favoreceram a escolha de Vicente Fonseca para governador da Colônia. Notamos também, mais uma vez, a interação e a circularidade de homens, ideias e ações entre toda a região centro-sul da América lusa.

A importância de Vicente fez com que seu filho Pedro da Silva Fonseca também ingressasse nas redes estabelecidas nesse momento, e obtivesse vantagens para sua carreira. Em 23 de agosto de 1759, no mesmo dia que seu pai foi nomeado governador da Colônia do Sacramento, Pedro, que era tenente, foi promovido para o posto de capitão de infantaria. A carta régia pela qual era nomeado enfatizava que tal promoção se dava em atenção aos serviços prestados por seu pai, o brigadeiro Vicente da Silva Fonseca.

Em 1760, o governador da Colônia já enviava ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, um extenso relato sobre a conservação e estado da referida capitania, a relação das atividades do governador e o censo das embarcações, da tropa, do povo e das munições, instrumentos e materiais da Colônia.

A correspondência trocada com Gomes Freire era também vasta e numerosa, para que Bobadela, que a essa altura estava no Rio de Janeiro, pudesse se manter atualizado das rápidas mudanças que aconteciam no sul. Assim, em 1761, os problemas pareciam aumentar, e Silva Fonseca avisava, em 4 de março, da ameaça dos espanhóis

sitiarem a Colônia e, no ano seguinte, dava conta dos movimentos militares e sociais na Colônia, deserções e das relações com os castelhanos, entre outros assuntos.

Vistos alguns dos principais nomes dos governadores subordinados no sul, passemos para a região central do território, para analisarmos as redes governativas dessa área. No início da segunda fase da administração de Gomes Freire, assume como governador da capitania de Goiás D. Marcos de Noronha, 6º Conde dos Arcos, com quem Bobadela tinha uma relação bastante próxima desde que passou a América portuguesa. Tal proximidade ocorria por D. Marcos já ter exercido anteriormente o cargo de governador de Pernambuco, e a troca de experiências administrativas era uma constante entre os dois governadores. Aliás, D. Marcos governava Pernambuco até ser nomeado para a nova capitania que estava surgindo, fruto do desmembramento da capitania de São Paulo, na provisão de 9 de maio de 1748, ano que utilizamos como marco inicial da segunda fase do governo do Conde de Bobadela.

D. Marcos de Noronha foi nomeado em 15 de setembro de 1748, mas só assumiu o governo em 8 de novembro de 1749, estando à frente da capitania de Pernambuco até 4 de março de 1749. Na carta patente de sua nomeação, o monarca justificava a troca de capitânicas: “como se acha governando a capitania de Pernambuco e convém a meu serviço que elle exercite o mesmo governo nos Goyas debaixo da mesma omenagem que deu para o de Pernambuco” (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Carta patente a D. Marcos de Noronha, de 15 de setembro de 1748. Chancelaria D. João V, livro 117, pp. 313, 313 v., microfilme 7097).

Foi o primeiro governador da capitania de Goiás, e participou de um dos principais processos relativos à fiscalização da mineração implementados pela Coroa portuguesa: a implantação das Casas de Fundição, medida considerada de extrema importância para o controle lusitano sobre a produção aurífera, que já se encontrava em declínio no período. A Coroa buscava, assim, impedir o contrabando e pressionar os mineradores para que a arrecadação não diminuísse. Gomes Freire trabalhou firmemente no propósito da mudança da forma de cobrança de tributos, e teve em D. Marcos de Noronha um de seus homens fortes, na região central da América portuguesa, para pôr em prática tal determinação régia.

O Conde dos Arcos – título recebido por D. Marcos de Noronha em 1750 – começou a trabalhar efetivamente no projeto em 1752, quando Gomes Freire partia para o sul. Por isso mesmo, sua função nessa tarefa tornou-se ainda mais importante, visto que era o homem de confiança de Gomes Freire para levar à frente a mudança da forma de cobrança de tributos. Assim, podemos perceber que D. Marcos de Noronha fazia parte da rede governativa que estamos aqui tecendo, e tinha papel primordial, por ser administrador experiente e homem pertencente à nobreza titulada, o que lhe conferia amplas redes de relações não apenas na América portuguesa, mas também na Corte.

A ligação entre Gomes Freire, D. Marcos de Noronha e José Antonio Freire de Andrada, que passou a ser governador interino de Minas Gerais, estreitava-se cada vez mais nesse período, em decorrência dos trabalhos relativos às Casas de Fundição. Como tal questão era fundamental para os planos da Coroa, a troca de idéias entre os três administradores se intensificou, visto que Gomes Freire era o maior responsável por assuntos vitais como esse, mesmo que estivesse distante fisicamente. Já em 1752, o governador de Goiás escrevia ao monarca sobre a instalação da Casa de Fundição na capitania.

Outra questão fundamental da região central, que também era preocupação do governador do Mato Grosso nesse período, Antonio Rolim de Moura, dizia respeito aos limites geográficos da capitania. Sobre esse tema, D. Marcos de Noronha escrevia ao rei, já no início da sua gestão, buscando saber de que forma deveria proceder.

Por sua experiência administrativa e por vários outros merecimentos, D. Marcos de Noronha foi nomeado vice-rei do Estado do Brasil em 1754, e deixou o governo de Goiás em 31 de agosto do ano seguinte. D. Marcos de Noronha foi governador-geral até 1760 e, assim, manteve a ligação com Gomes Freire, obviamente em outro nível, e com outras questões. Passavam a ser, assim, dois dos principais representantes da Coroa na América, um como governador-geral, e outro como governador de toda a extensão do centro-sul. Não é difícil perceber que os assuntos importantes a tratar continuavam sendo muitos, e que a relação entre eles mantinha-se forte e constante.

Outra capitania que estava surgindo em 1748 era Mato Grosso, região também desmembrada de São Paulo. O governador escolhido para administrar a nova capitania foi D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja (título recebido em 1763), também possuidor de ampla experiência administrativa. Apesar de ter sido nomeado em

1749, só assumiu em 17 de janeiro de 1751, permanecendo por longo período na região – até 1765 –, quando foi nomeado para vice-rei do Estado do Brasil, o mesmo que havia acontecido anteriormente com o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha. Podemos notar assim a importância da experiência administrativa no governo de capitânias da América lusa para se galgar o posto de governador-geral.

Entre a nomeação de D. Antonio e sua efetiva posse do cargo passaram-se mais de dois anos. Nesse período, Gomes Freire administrou diretamente a recém-criada capitania. Rolim de Moura governou Mato Grosso praticamente durante toda a segunda fase do governo de Bobadela, foi o único administrador dessa capitania no período analisado. Sendo assim, juntamente com D. Marcos de Noronha, foi um homem importante no rearranjo administrativo da região central da América portuguesa, que sofreu diversas alterações pós-1748. Essa era uma área de extrema relevância para a Coroa, em decorrência da mineração e também das fronteiras ocidentais do território, e a atuação de D. Antonio era fundamental dentro da dinâmica administrativa fiscalizadora e racionalista que se implantava. Assim, a relação entre este último, Gomes Freire, D. Marcos e José Antonio constituía base essencial para compreendermos a governação dessa área centro-oeste.

Os governadores do Mato Grosso e de Goiás realizavam várias tarefas em conjunto, em decorrência da proximidade geográfica das duas áreas e da necessidade de se organizar as novas capitânias, estabelecer o povoamento, e criar a estrutura básica para a administração da região. Os trabalhos em parceria fizeram com que se desenvolvessem importantes vínculos entre eles, estabelecendo-se redes governativas horizontais. Assim, Rolim de Moura e D. Marcos de Noronha atuaram no projeto de construção de uma estrada que ligaria Cuiabá a Vila Boa, capital da capitania de Goiás, o que permitiria conectar, por terra, a capitania de Mato Grosso a Salvador, ao Rio de Janeiro, e a São Paulo.

Em decorrência dos serviços prestados, e de sua firme atuação à frente do governo de Mato Grosso, Rolim de Moura teve, em 1758, seus poderes ampliados, passando a ter permissão para atribuir títulos de nobreza e aplicar castigo em toda a jurisdição necessária, além de ser nomeado brigadeiro dos exércitos com vencimento dos soldos.

O governador foi ainda responsável por ter promovido o descobrimento de novas minas auríferas. Como vemos, Rolim de Moura atuou diretamente nos pontos nevrálgicos que fizeram com que o monarca decidisse criar a nova capitania: defesa, demarcação de fronteiras e mineração. Assim sendo, o referido administrador teve função primordial no território, e governava em ininterrupto contato com os demais representantes régios da região.

Rolim de Moura teve também papel de destaque na organização da defesa da cidade do Rio de Janeiro, no período que Gomes Freire encontrava-se no sul, cuidando diretamente da reorganização militar e do aparelhamento defensivo da cidade. Vemos, assim, a administração dessa região centro-sul funcionando de uma maneira coordenada e articulada, um conjunto que precisava cuidar das suas várias partes para que fosse possível a manutenção do todo.

As redes governativas que envolviam os governadores interinos e os governadores das capitanias subordinadas também incluíam agentes de outros níveis hierárquicos, como os militares de diversas patentes, que formavam, com os governadores de capitanias, redes de relações fundamentais para a boa administração dos territórios aqui tratados.

Aliás, muitos dos governadores interinos e subordinados que mostramos eram militares importantes na América portuguesa, como pudemos perceber ao longo desse artigo. Os indivíduos, no interior das redes, apresentavam um repertório de status, e iam ativando cada um deles de acordo com o momento, a situação e a função que exerciam, como foi o caso, por exemplo, de Mathias Coelho de Souza e Pedro de Azambuja Ribeiro, apenas para citar dois nomes, que haviam sido governadores, e que faziam parte, juntamente com Alpoim – de quem falaremos mais detalhadamente adiante –, dos principais regimentos da capitania do Rio de Janeiro na década de 1750, de acordo com o próprio governador Gomes Freire de Andrada, constituindo assim, importantes e complexas redes governativas nesse período, abrigando uma grande parte dos mais destacados nomes que apresentamos aqui.

Nesse sentido, cabe destacarmos André Vaz Figueira, militar que exerceu os mais distintos postos no Rio de Janeiro. Serviu

onze annos, nove mezes, e vinte e nove dias continuados effectivamente de 26 de Abril de 1737 até 24 de Fevereiro de 1749 em Praça de soldado artilheiro pago, sargento, capitão de campanha, alferes de huma das companhias do 3º de artilharia em que está continuando, havendose no decurso de todo este

tempo com prompto disvelo nas obrigações, que lhe tocavão pelo seu posto, aplicandose juntamente com estúdioza vigilância às lições da aula militar em que se tem adiantado, e distinguido muito. (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Carta patente a André Vaz Figueira, de 5 de novembro de 1749. Registro Geral de Mercês, D. João V, livro 40, fl. 536).

Além disso, o militar atuou também, de forma direta, nos trabalhos de fortificação da Ilha de Santa Catarina. Por tudo isso, foi nomeado, no ano de 1749, no posto de capitão de uma companhia de artilharia do terço da guarnição da Praça do Rio de Janeiro, do qual era mestre de campo André Ribeiro Coutinho, de quem já falamos anteriormente. Assim, André Vaz Figueira atuou na capitania fluminense durante extenso período do governo de Gomes Freire, nas mais diversas funções militares, relacionando-se diretamente com Bobadela, com os governadores interinos da capitania, e com outros militares, participando ativamente das redes estabelecidas nessa área.

Vaz Figueira teve papel importante na segunda fase da administração de Gomes Freire, quando o governador, evidenciando as transformações pelas quais passou a cidade, na sua gestão, encomendou ao militar André Vaz Figueira uma planta em escala correta da cidade. A planta, realizada em 1750, refletia as modificações ocorridas no Rio de Janeiro, que foram implementadas por Bobadela, especialmente notadas se compararmos com a feita no período anterior, a planta de João Massé, de 1713¹.

Outro nome fundamental entre os militares que atuaram intensamente no governo de Gomes Freire, participando de algumas das principais redes governativas da região, era o de José Fernandes Pinto Alpoim. Entre todas as funções exercidas por Alpoim, cabe destacar a sua efetiva participação na diligência da divisão da América, tarefa de extrema importância, e destinada exclusivamente aos representantes régios mais destacados no ultramar americano, àqueles a quem se podia depositar irrestrita confiança. Obviamente, a escolha de Alpoim se deu em decorrência do longo e bem sucedido trabalho exercido pelo militar no Rio de Janeiro, e de sua relação com o governador Gomes Freire.

Nesse contexto, cabe notar que não só José Fernandes fazia parte das redes governativas que então se estabeleciam, mas também seus filhos, José Fernandes Pinto Alpoim, seu homônimo, e Vasco Fernandes Pinto Alpoim, que tiveram, assim como seu pai, papéis destacados como militares da região centro-sul da América portuguesa.

¹ As plantas encontram-se na obra: BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro (1565 – 1965)*. Rio de Janeiro: IHGB, 1967.

Obviamente, as relações familiares os favoreceram, e os fizeram ter indicações de Gomes Freire para assumir os postos que vagavam, ou para adquirirem outros privilégios, como foi o caso do requerimento que José Fernandes Alpoim fez, em 1751, postulando a dispensa de seu filho homônimo para que pudesse ingressar nos postos militares subalternos vagos. Tais requerimentos eram avaliados por Gomes Freire, que sempre emitia parecer favorável às reivindicações de Alpoim e sua família.

No ano seguinte, era a vez do outro filho ser agraciado. Vasco Fernandes Pinto Alpoim foi promovido, por Gomes Freire, para o posto de tenente, sob alegação do governador de que ele era militar idôneo e com bons serviços, além de possuir distinção familiar.

Em 1754, novo requerimento de José Fernandes Pinto Alpoim, o filho, solicitando a mercê da dispensa dos anos de serviço para que pudesse ingressar em postos superiores. O suplicante mencionava, para tal pedido, os seus serviços prestados durante a expedição demarcadora de limites na América meridional, bem como o parecer elogioso do governador e capitão-general do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Gomes Freire de Andrada, alegando atos de bravura do requerente, por ter atravessado a nado o rio Jacuí, junto com 70 soldados, para desalojar os castelhanos entrincheirados. Assim, em 1756, por provisão do rei, o soldado granadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, do regimento de artilharia da Praça do Rio de Janeiro e filho do coronel homônimo, foi dispensado dos prazos regulamentares, em reconhecimento aos serviços prestados na expedição dos limites meridionais. Ou seja, mais uma vez, a ligação entre Gomes Freire e o coronel Alpoim havia sido fundamental para a carreira militar dos filhos desse último.

O coronel Alpoim também continuava recebendo honras, mercês e benefícios. Ele havia sido nomeado o primeiro comissário da segunda partida da divisão de limites da América e, no ano de 1756, foi atendido seu pedido em que postulava o pagamento de soldo dobrado, no período em que teve exercício de funções na expedição no sul, para que pudesse fazer frente às despesas efetuadas e às perdas materiais durante tal expedição, sendo tal soldo pago desde o dia do desembarque do mesmo na Ilha de Santa Catarina até o seu regresso ao Rio de Janeiro.

A bem-sucedida trajetória profissional da família Alpoim continuava, durante a segunda fase do governo de Gomes Freire, e muito em decorrência das boas relações

entre os dois importantes agentes da Coroa, o governador e o militar José Fernandes Alpoim. Temos mais um exemplo desse fato no caso em que Vasco Fernandes foi nomeado no posto de capitão de granadeiros do regimento de artilharia da Praça do Rio de Janeiro, em 1758:

Houve Sua Magestade por bem attendendo a ter determinado por sua Real ordem de 10 de Janeiro de 1756 que Gomes Freire de Andrada Mestre de Campo General de seus exércitos e Governador Capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro com o governo das Minas Gerais pudesse a respeito dos postos que vagassem no exército da expedição em que se acha praticar o mesmo que nos de Portugal fazem os seus generais quando em campanha e vendo que em virtude desta sua Real ordem proveo a Vasco Fernandes Pinto Alpoim em o posto de Capitão de Granadeiros do Regimento da Artilharia da Praça do Rio de Janeiro de que he Coronel José Fernandes Pinto Alpoim que vagou por passar a Sargento Mayor e Governador da fortaleza de São João da Barra da Cidade João Gomes de Campos que o era, por haver servido o dito Vasco Fernandes Pinto Alpoim por 14 annos em Praça de soldado, cabo de esquadra, sargento supra, alferes e tenente de granadeiros do qual posto o passou o mesmo general a encarregar-se de hua das Companhias de fuzileiros do mesmo Regimento em virtude da Real ordem do dito Senhor de 20 de Janeiro de 1755 empregando-o ultimamente em Ajudante de suas ordens e em todo o referido tempo e nos postos que há occupado servir sempre com distincto procedimento, valor e honra dando inteira satisfação das diligencias de que foi encarregado em todas as campanhas que se tem feito em 5 annos em que teve distinctas occaziões por Sua Magestade esperar delle continuará o seu Real servisso com a mesma satisfação Há por bem fazerlhe mercê de o confirmar no dito posto de Capitão de Granadeiros do referido Regimento em que se acha provido pelo sobredito general. (ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Carta patente a Vasco Fernandes Pinto Alpoim, de 28 de setembro de 1758. Registro Geral de Mercês, D. José I, livro 13, p. 165.)

Assim como seu pai e seu irmão, Vasco Fernandes se destacou nos serviços prestados, e passou a ser homem de confiança do governo de Gomes Freire, nas questões relativas à defesa da região e, em especial, da capitania fluminense. Por isso, foi enviado para Ilha Grande, quando da arribada dos navios franceses, no final da década de 1750, com duzentos infantes, das tropas retiradas do Rio Pardo. Vasco Fernandes permaneceria lá até que os franceses se retirassem, e depois deveria recolher-se ao Rio de Janeiro. Dessa forma, Vasco Fernandes – que já tinha papel destacado nas redes estabelecidas por ser filho de José Fernandes – mostrava sua importância, seu trabalho, e ascendia na hierarquia militar.

Em 1760, o monarca remetia-se novamente à ordem passada a Gomes Freire de nomear pessoas para ocupar todos os postos que se achassem vagos ou que fossem vagando, até o de coronel inclusive, desde a Ilha de Santa Catarina até a Colônia do Sacramento, para confirmar a escolha de Gomes Freire do então capitão de granadeiros

Vasco Fernandes Pinto Alpoim para o posto de sargento-mor do regimento da artilharia da Praça do Rio de Janeiro, do qual era coronel, como vimos, o seu pai, José Fernandes Pinto Alpoim. Nesse período, o coronel Alpoim ascendeu ainda mais na hierarquia militar, tendo sido nomeado para o posto de brigadeiro do seu mesmo regimento no Rio de Janeiro e, dois anos depois, seu filho Vasco Fernandes foi novamente promovido, dessa vez a tenente-coronel do referido regimento, por pedido de seu pai, que também solicitou, a Sebastião José de Carvalho e Melo, a promoção de seu outro filho, José Fernandes Pinto Alpoim, no que também foi atendido. Por tudo isso, podemos perceber a importância da família Alpoim dentro das redes governativas do período de Gomes Freire.

Trabalhando com algumas dessas redes governativas que permearam a administração de Gomes Freire entre 1748 e 1763, pudemos perceber que o nosso personagem de estudo funcionava, nesse sentido, como a estrela dessas redes, no dizer do antropólogo Fredrik Barth, o ponto de ligação entre os indivíduos, o ponto de encontro dessas diversas redes sociais. O governador do Rio de Janeiro pode, assim, ser considerado como o centro de uma “estrela de primeira grandeza” de relacionamentos (BARTH, 1978: 166).

A relação, a interligação entre vários administradores em diversas localidades do território para atingir alguns objetivos específicos e essenciais para o Império português na segunda metade dos Setecentos fez surgir redes próprias, que tinham como ponto de apoio a figura de Gomes Freire, responsável máximo por toda aquela área. Bobadela atuava, dessa forma, como um mediador de poder entre as diversas partes do centro-sul da América, e também um mediador entre o ultramar americano e a Coroa.

Os atores sociais, nesse contexto, participavam e construía diversos tipos de redes, que possibilitavam a interdependência mútua entre os indivíduos, por meio de interesses diversificados. Nas redes governativas, especificamente, as experiências administrativas dos sujeitos que as constituía produziam conhecimento e criavam “uma visão mais alargada do Império como um todo” (GOUVÊA, 2001: 308). Assim, esse conhecimento, desenvolvido através dos atores inseridos nas redes, era transformado e transmitido de acordo com os interesses do Estado e com os seus próprios interesses.

A racionalidade administrativa posta em prática nesse processo pode ser vista como fundamental para se compreender a conjuntura de organização, de fiscalização, e de forma de ação dentro do Império naquele período, constituindo, portanto, um exemplo da prática governativa que vai se desenvolvendo a partir de meados do século XVIII.

A preocupação com a delimitação das fronteiras meridionais, com a fiscalização da mineração na região central e com a importância ímpar da capitania do Rio de Janeiro criaram a possibilidade e a necessidade da atuação concatenada desses agentes metropolitanos, que passaram a agir de forma estruturada e voltada para a realização desses objetivos específicos. Assim, a relação entre eles e, especialmente, deles com Gomes Freire, que é o que particularmente nos interessa aqui, possibilitou a criação de amplas redes governativas, fundamentais para a ação administrativa desses agentes.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

- Correspondência dos governadores do Rio de Janeiro com diversas autoridades (1718-1763) – Códice 83 (PH 8) – volumes 12 e 15.
- Cartas régias, avisos, alvarás, portarias etc., dirigidos aos governadores do Rio de Janeiro (1622-1821) – Códice 952 (PH1) – volumes 37, 39 e 40.

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

- Documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Rio de Janeiro (1748-1763) – caixas 51, 52, 58, 59, 60 e 63.
- Documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Minas Gerais (1748-1763) – caixa 53.
- Documentos manuscritos avulsos referentes a Brasil - Limites (1748-1763) – caixa 1.
- Documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Rio Grande do Sul (1748-1763) – caixa 2.
- Documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Mato Grosso (1748-1763) – caixa 9.
- Documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Goiás (1748-1763) – caixas 6 e 7.
- Documentos manuscritos avulsos referentes à capitania da Nova Colônia do Sacramento (1748-1763) – caixas 6, 8 e 9.
- Documentos sobre o Rio de Janeiro, catalogados por Eduardo de Castro e Almeida (1748-1763) – 08607/11; 20988/92 e 21372.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

1) Chancelarias

- D. João V – livros 56, 103, 116 e 117.

2) Registro Geral das Mercês

- D. João V – livros 35 e 40.

- D. José I – livros 4, 10, 13 e 31.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro (1565 – 1965)*. Rio de Janeiro: IHGB, 1967.

BARTH, Fredrik (ed.). *Scale and social organization*. Oslo: Universitetsforlaget, 1978.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.